

DIREITO A ENVELHECER COM DIGNIDADE

Para o MURPI não basta constatar que Portugal é o 4º país da União Europeia com maior índice de envelhecimento, nem tão pouco associar este envelhecimento à necessidade de “controlar” despesas sociais que dele decorrem.

Pelo contrário, é fundamental promover uma melhor distribuição do rendimento nacional em favor deste grupo social, defendendo e consolidando as funções sociais do Estado e dos serviços públicos.

Uma delegação do MURPI foi recebida pelos grupos parlamentares do CDS-PP, PAN, PCP, PEV, PS e PSD, a quem entregou um documento com as suas reivindicações, tendo apenas o PCP assegurado que iria propor um aumento de dez euros para todas as pensões.

O direito a envelhecer com dignidade exige novas políticas para a terceira idade e, igualmente, exige que seja invertida a realidade atual marcada pelo desemprego, aumento do custo de vida, precariedade e baixos salários que afetam as novas gerações.

É fundamental que os jovens casais sintam a segurança para concretizar o seu desejo de construir o seu futuro em Portugal, de constituírem família, de terem os filhos que desejem e de concretizarem os seus projetos de vida.

Não é o envelhecimento que pesa no País.

É preciso rasgar novas janelas de esperança para todas as gerações.

*A Direção da Confederação Nacional de Reformados,
Pensionistas e Idosos - MURPI*



MURPI Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos

RUA OVAR 548 1.º C – 1950-214 LISBOA

TELEF: 218 596 081

murpi@murpi.pt

www.murpi.pt

www.facebook.com/MURPI-Confederação-Nacional-de-Reformados-Pensionistas-e-Idosos



ENVELHECER COM DIREITOS

em 2018 ir mais longe



em 2018 ir mais longe

A luta dos reformados e pensionistas, promovida pelo MURPI em 2016, envolveu milhares de dirigentes e ativistas pela exigência de um aumento extraordinário em 2017 que quebrasse a espiral de empobrecimento e abrisse uma janela de esperança com melhores condições de vida e de bem-estar.

As Associações de Reformados continuaram a realizar em 2017 uma importante intervenção social pela melhoria da qualidade de vida dos que se encontram numa situação de vulnerabilidade económica e social e em situações de dependência.

Valeu e vale a pena lutar porque tornou possível um aumento extraordinário das pensões em agosto de 2017 para cerca de 2 milhões de pensionistas, rompendo um longo ciclo de cortes e estagnação no valor das suas reformas e pensões.

Este avanço foi insuficiente por ter deixado de fora milhares de reformados que não só continuam com as suas pensões congeladas desde 2009 como foram alvo de cortes fiscais.

Em outubro de 2015, o 8º Congresso do MURPI aprovou um aumento mínimo de €25,00 que permitiria repor o poder de compra perdido entre 2010 e 2015; também aprovou o pagamento integral do subsídio de natal que neste ano de 2017 será parcialmente reposto com o pagamento de 50% em novembro.

É necessário e imperioso que em 2018 se vá bem mais longe no aprofundamento das medidas que enfrentem as causas da pobreza entre os idosos, as situações de isolamento e marginalização social, sendo imprescindível continuar a lutar para conseguir pensões e condições de vida dignas que permitam o DIREITO A ENVELHECER COM DIGNIDADE.



DEFENDEMOS / EXIGIMOS / REIVINDICAMOS

AUMENTO DE TODAS AS PENSÕES - aumento real de todas as reformas e pensões, repondo o rendimento perdido desde 2010

REFORÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL - melhoria dos critérios de atribuição do complemento solidário para idosos e do acesso às prestações sociais por dependência, com a reposição do direito ao complemento por dependência do 1º grau aos pensionistas com pensões mensais superiores a €600,00, garantindo ainda a igualdade de acesso às estruturas de apoio domiciliário e Centros de Dia

SEGURANÇA SOCIAL SUSTENTÁVEL - gestão pública cuidada das receitas, diversificação das fontes de financiamento, um efetivo combate à dívida e à evasão contributiva e incremento do emprego e da valorização dos salários

DIMINUIÇÃO DOS IMPOSTOS - justiça fiscal, com aumento do número de escalões do IRS e do valor da dedução específica

MAIS E MELHOR SAÚDE - melhor resposta às necessidades do envelhecimento, com investimento financeiro prioritário na Rede de Cuidados Primários de Saúde, abolição das taxas moderadoras, alargamento da capacidade da rede de cuidados continuados de saúde, pagamento de transportes no acesso às consultas externas e gratuidade dos tratamentos nas doenças crónicas



MOBILIDADE GARANTIDA - desconto de 50% no preço dos títulos de transporte, aumento da oferta da rede de transportes públicos, da sua qualidade e acessibilidade, abolição das barreiras arquitetónicas nas vias e acessos a edifícios públicos e privados e melhoria da semaforização nas passadeiras

HABITAÇÃO CONDIGNA - regras que protejam o regime de arrendamento para as pessoas idosas e que garantam condições dignas de habitação e alargamento do prazo para pagamento das rendas

MOVIMENTO ASSOCIATIVO FORTE - valorização da participação dos reformados, pensionistas e idosos e do seu movimento associativo, através do reforço das verbas da segurança social para o funcionamento na área da prestação de serviços e da criação de linhas de financiamento dirigidas às associações para a realização de atividades na área social, lúdica e cultural

